

Decreto nº 3/2019

Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da Receita e a execução da Despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do poder Executivo de 2019.

GUILHERME ALVES MONTEIRO, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no caput do art. 80 c/c art.13 da lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, DECRETA:

Publicada em 29 de janeiro de 2019

Art. 1°

A movimentação e o empenho de dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Municipal n° 1932/2018 de 06 de dezembro de 2018, ficam limitados aos valores constantes dos Anexos I a IV deste Decreto.

Parágrafo único. -

A realização de despesas à conta das fontes de recursos relacionados nos Anexos I a IV deste Decreto somente poderá ocorrer, respeitadas as dotações aprovadas, até o montante de/efetiva arrecadação das receitas correspondentes.

Art. 2°

O pagamento de despesas no exercício de 2019, inclusive dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, fica autorizado até os montantes constantes dos Anexos I a IV.

§ -

Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados:

۱-

as transferências, ordens e cheque bancários, emitidos no exercício financeiro de 2019;

	-

a emissão de Documentos de Arrecadação de Receitas;

III -

as requisições de bens e serviços realizados mediantes operações de crédito interna ou externa; e

IV -

outras formas de pagamento que vierem a ser utilizadas.

Art. 3°

O Secretário Municipal de Finanças e Administração poderá:

1 -

no âmbito de suas competências, proceder ao remanejamento dos limites entre:

a) -

Órgãos, respeitados os montantes dos respectivos anexos;

b) - Projeto, atividades e operações especiais ou entre programas estratégicos e demais, no âmbito do mesmo órgão.

Parágrafo único. -

O Secretário Municipal de Finanças e Administração poderá desde que preservada as metas constantes dos Anexos I a IV deste decreto, fica autorizado a:

۱-

promover alterações nos cronogramas de pagamento estabelecidos nos mesmos anexos.

Art. 4°

Os créditos suplementares e especiais que vierem a serem abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesas "outras despesas correntes",

"investimentos" e "inversões financeiras", terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta

das fontes de recursos correspondentes.

Parágrafo único. -

O secretária Municipal de Finanças e Administração poderá, por meio de portaria, ajustar os Anexos I a IV

deste Decreto em decorrência dos créditos adicionais que vierem a ser abertos no exercício de 2019 á

conta das respectivas fontes de recursos.

Art. 5° A execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos dos órgãos do Poder Executivo no

exercício de 2019 exceto precatórios obedecerá, em cada mês, ao teto fixado pela Lei Complementar

101/00.

§ 1º - As demais despesas somente poderão ser realizadas, em cada mês, após assegurado o pagamento

da folha.

§ 2° - Para efeito deste Decreto, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de

referencia, décimo terceiro salario e férias.

§ 3° - A ocorrência da situação prevista no § 1° deste artigo deverá ser objeto de justificativa junto á

Secretária Municipal de Finanças e Administração, quando do encaminhamento das informações sobre a

execução de despesas de pessoal e encargos sociais do mês correspondente.

Art. 6° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Jardim-MS, 29 de janeiro de 2019.

GUILHERME ALVES MONTEIRO

Prefeito Municipal